

## DISCURSOS SOBRE O BILINGUISTO EM CONTEXTO INTERCULTURAL DE ENSINO NA UNILA: DOIS PESOS E OUTRAS MEDIDAS

### DISCOURSES ABOUT BILINGUALISM IN INTERCULTURAL TEACHING CONTEXTS AT UNILA: DOUBLE STANDARDS AND OTHER STANDARDS

### DISCURSOS SOBRE EL BILINGÜISMO EN CONTEXTO INTERCULTURAL DE ENSEÑANZA EN LA UNILA: DOS PESOS Y OTRAS MEDIDAS

Jocenilson Ribeiro<sup>1</sup>

Nathália Nunes<sup>2</sup>

#### Resumo

A educação bilíngue em um espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, 2006) plurilíngue sempre foi um desafio, uma vez que as disputas discursivas põem em jogo questões complexas envolvendo identidade, interculturalidade, direitos linguísticos e discriminação. Em que medida os discursos sobre o bilinguismo se apresentam como regime de verdade institucionalizada? O objetivo da pesquisa foi entender como se apresenta a noção de bilinguismo na UNILA a partir de seus documentos oficiais. Diante disso, este trabalho em particular teve como objetivo apresentar uma análise de documentos oficiais da UNILA cotejados com outras materialidades discursivas a partir das quais estudamos os termos “bilinguismo” e “bilíngue”. Este estudo teve como pressupostos teórico-metodológicos os referenciais do campo da análise do discurso, ponto de partida para entender os discursos sobre as línguas na UNILA, os saberes formais e não formais sobre o modo como são tratadas e funcionam nos diferentes espaços de enunciação. Consideramos que, apesar de declarar uma proposta de ensino bilíngue, na prática, a UNILA não apresenta um desejável equilíbrio entre o ensino e o uso das línguas à comunidade, ainda que reconheça a necessidade de valorização da diversidade linguística e do plurilinguismo como política integrada à educação intercultural.

**Palavras-Chave:** Análise do discurso; discurso sobre as línguas; bilinguismo; plurilinguismo; UNILA.

#### Abstract

Bilingual education in plurilingual utterance spaces (GUIMARÃES, 2002, 2006) has always been a challenge, since discursive disputes put at stake complex questions involving identity, interculturality, language rights and discrimination. To which extent the discourses about bilingualism are presented as a regime of formal truth? The objective of the research was to understand how the notion of bilingualism at UNILA is presented in official documents. In the face of this, this research has as the objective to present an analysis of UNILA's official documents compared with other discursive materialities from which we analyse the terms “bilingualism” and “bilingual”. This study entails as a theoretical-methodological premise the discourse analysis field,

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP). Professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE). Ex-docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (ILAACH/UNILA).

<sup>2</sup> Graduanda em Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); bolsista de Iniciação à Docência (PIBID-CNPq) e voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UNILA).

the starting point of understanding the discourses about languages at UNILA, the formal and non-formal knowledge about the manner of how they are treated and how they work in different utterance spaces. Our hypothesis is that of, despite declaring a proposal of bilingual education, in practice, UNILA does not present a desirable balance between the teaching of languages towards the community, even though it acknowledges the need of valuing language diversity and plurilingualism as a policy integrated towards intercultural education.

**Key-words:** Discourse analysis; discourse about languages; bilingualism; plurilingualism; UNILA.

### Resumen

La educación bilingüe en un espacio de enunciación (GUIMÁRAES, 2002, 2006) plurilingüe siempre fue un desafío, una vez que las disputas discursivas ponen en juego cuestiones complejas involucrando identidad, interculturalidad, derechos lingüísticos y discriminación. ¿En qué medida los discursos sobre bilingüismo se presentan como régimen de verdad institucionalizada? El objetivo de la investigación fue entender cómo se presenta la noción de bilingüismo en la UNILA a partir de documentos oficiales. Ante esto, este trabajo tuvo como objetivo en particular presentar un análisis de documentos oficiales de la UNILA cotejados con otras materialidades discursivas a partir de las cuales analizamos los términos “bilingüismo” y “bilingüe”. Este estudio tuvo como aportes teórico-metodológicos los referenciales del campo del análisis del discurso, punto de partida para entender los discursos sobre las lenguas en la UNILA, los saberes formales y no formales sobre el modo cómo son tratadas y funcionan en los diferentes espacios de enunciación. Consideramos que, a pesar de declarar una propuesta de enseñanza bilingüe, en la práctica, la UNILA no presenta un equilibrio deseable entre la enseñanza y el uso de las lenguas a la comunidad, aunque reconozca la necesidad de la valorización de la diversidad lingüística y del plurilingüismo como política integrada a la educación intercultural.

**Palabras clave:** Análisis del discurso; discurso sobre las lenguas; bilingüismo; plurilingüismo; UNILA.

### Palavras iniciais

A educação bilíngue em um espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2006) plurilíngue sempre foi um desafio para os professores de línguas estrangeiras, uma vez que as disputas discursivas põem em jogo questões complexas envolvendo identidade, interculturalidade, direitos lingüísticos e discriminação e outros tipos de violências mais ou menos explicitadas. Em que medida os discursos sobre bilinguismo se apresentam como regime de verdade institucionalizada? Como se institucionaliza uma política lingüística que valoriza o funcionamento de duas línguas num espaço em que várias outras são institucionalmente silenciadas? Diante de questões como essa, procuramos tecer uma reflexão em torno dos problemas que, nesse contexto, estão relacionados.

No artigo 111 do Regimento Geral da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), vigente desde 2013, a palavra *bilíngue* aparece uma única vez na seguinte formulação: “O ensino na UNILA, bilíngüe e interdisciplinar, em

consonância com sua missão institucional” (*sic*). Já no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI <sup>3</sup> (2013-2017), os termos “bilinguismo” e “bilíngue” ocorrem, respectivamente, 6 e 4 vezes, incluindo o sumário. O termo “bilinguismo” aparece ao lado do seu correlato homólogo “multilinguismo” no item que trata dos princípios filosóficos e metodológicos institucionais, a saber: “São princípios da universidade a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o **bilinguismo** e o **multilinguismo**, a integração solidária e a gestão democrática.” (UNILA, 2013, p.15, *grifos nossos*).

Nessa esteira, o documento dispõe:

A UNILA destaca, dentre as condições culturais essenciais para a realização do projeto de integração latino-americana e caribenha, o princípio de **bilinguismo** (português e espanhol), o qual se articula nos diversos âmbitos administrativos, científicos e pedagógicos da universidade. Por meio do fomento e constante investigação do **bilinguismo**, a UNILA se propõe o desenvolvimento de competências necessárias para ativa participação nos **diálogos** e **processos interculturais** locais, regionais e internacionais da América Latina e Caribe. (UNILA, 2013, p.17, *grifos nossos*)

Nota-se que, nestes termos, a Universidade coloca a noção de bilinguismo na categoria de *princípio* ao lado de outros, sem, portanto, atribuir-lhe uma clara definição. Numa primeira leitura, ao longo do PDI, também se observam a valorização e o reconhecimento do princípio fundamental do bilinguismo nas situações dialógicas e processuais da instituição em um espaço multilíngue. Daí porque, em seguida, se afirma: “Tal particularidade demanda um planejamento linguístico plural, no qual o projeto bilíngue não ignore ou desconstitua o contexto multilíngue em que ele se insere.” (UNILA, 2013, p.17).

Diante dessa prévia análise, nosso tema de estudo envolve então a noção de bilinguismo abordada pela instituição acadêmica selecionada, ou melhor, representações, práticas, definições e discursos que se traduzem como princípio de bilinguismo e plurilinguismo em contraponto ao que se compreende por tais noções a partir de seu funcionamento no espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002; 2006; STURZA, 2006) e do modo como os sujeitos envolvidos com as línguas na universidade entendem esse processo.

---

<sup>3</sup> Cf. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

Tais manifestações traduzem-se em formas simbólicas, cujos discursos se materializam em diversas linguagens, textos e enunciados, produzindo um saber sobre o estrangeiro, sua língua, a língua “nacional”, as línguas “estrangeiras”, a língua dos povos do mundo árabe, por exemplo, na cidade de Foz do Iguaçu, suas formas de funcionamento no limite das diferenças constitutivas que envolvem as culturas no mesmo espaço de uso dessas línguas. Diante disso, o recorte temático se faz, na verdade, através das noções de “bilinguismo” que se apresentam em várias esferas de circulação de sentidos a respeito do português e do espanhol, destacados pelos documentos oficiais, ao lado de outras línguas de uso nas esferas de circulação, interação e diálogo nos espaços acadêmicos ou nos espaços de enunciação fronteiriços.

Nossa questão de investigação foi a seguinte: como a noção de “bilinguismo” é apresentada nos documentos oficiais da UNILA e que saberes e discursos a comunidade acadêmica (estudantes, técnicos e profissionais de língua e demais docentes) carrega sobre este termo? Em que medida os discursos sobre bilinguismo funcionam como regime de verdade na UNILA?

Neste artigo, apresentamos algumas reflexões a partir de primeiros dados selecionados para o *corpus* que mobilizamos num projeto de pesquisa mais amplo intitulado “*Discurso, imageria e representação sobre o Outro-Estrangeiro: um estudo sobre linguagem e interculturalidade*”, desenvolvido no “*imaGine - Grupo de Estudos do Discurso: imagem, ensino e representações interculturais*”. O objetivo principal da pesquisa foi então estudar os discursos sobre a noção e a institucionalização do bilinguismo na UNILA a partir de seus documentos oficiais e da observação dos espaços de enunciação no contexto acadêmico. Como objetivos específicos, traçamos três, a saber: 1) selecionar textos e documentos oficiais e científicos em que se apresentam os termos “bilinguismo” e “bilíngue”; 2) analisar os discursos sobre a noção de bilinguismo nos documentos oficiais; 3) descrever e analisar alguns enunciados e formulações linguísticas que corroboram com a definição de “bilíngue”, “multilíngue” e “plurilíngue”. Diante desses objetivos, selecionamos e organizamos o *corpus* de estudo, mas antes disso partindo de uma análise do espaço de enunciação para entender as esferas de circulação dos discursos e da própria proposta de bilinguismo. É o que abordaremos a seguir.

## Contexto da pesquisa: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) está localizada na cidade de Foz do Iguaçu-PR compondo, pois, a região da Tríplice Fronteira: Argentina (*municipalidad de Puerto Iguazú*), província de Misiones; Brasil (município de Foz do Iguaçu), estado do Paraná; e Paraguai (*municipalidad de Ciudad del Este*), departamento de Alto Paraná. Os três países margeiam os rios Paraná e Iguaçu que se encontram nesta zona geográfica delimitando os três países por essa confluência fluvial e simbólica trifronteiriça, trinacional e trilingue, ou melhor, plurilingue, tendo em vista que português, espanhol, guarani, coreano, japonês e árabes, por exemplo, acabam compartilhando a mesma territorialidade da liquidez com que as forças das águas que irrompem a usina Hidrelétrica Binacional Itaipu (Brasil-Paraguai) e as Cataratas do Iguaçu (Argentina-Brasil) serpenteiam as margens desses municípios (cf. mapa na Figura 1).

Nesse contexto geopolítico e simbólico (e espaço de enunciação, conforme definição de Eduardo Guimarães), a UNILA apresenta um projeto de educação intercultural, oficialmente de educação bilíngue (português/espanhol), com concepção de língua estrangeira (PLE) e língua adicional (PLA)<sup>4</sup>, espaço de enunciação pluri e multilíngue. Segundo dados oficiais, no ano de 2019, a UNILA recebeu estudantes estrangeiros de mais 20 nacionalidades da América Latina e Caribe, África e Europa, através de edital de ampla

---

<sup>4</sup> Não é nosso objetivo aqui definir nem defender um ou outro conceito de língua estrangeira nem língua adicional, ainda que tais noções sejam cruciais para uma discussão tão complexa para abordar o objeto que adotamos neste estudo. Em outra oportunidade, desenvolveremos um trabalho a esse respeito por julgarmos fundamental aprofundar a discussão sobre a pertinência do uso [o que tem sido muitas vezes inadequado] dessas noções no contexto da UNILA. Evitamos aqui trazer a noção de língua adicional (LA) como aquela adotada oficialmente nas grades de componentes curriculares dos cursos da UNILA, posto que não compreendemos a situação de uso, ensino e funcionamento do português - em relação ao espanhol, ao inglês e às demais línguas - no espaço de enunciação concebida como uma mera adição, tampouco há assimetria nem mesmas condições de funcionamento entre elas. O conceito de LA parece buscar o mesmo que se entende como problema com que lida a concepção de *língua estrangeira* (LE) no espaço de enunciação brasileiro, “camuflando” um problema pelas vias da pretendida e suposta neutralidade do adjetivo “adicional” como analisa Mendes (2018). Pretender uma concepção de língua adicional para o português e para o espanhol no espaço da fronteira (no Brasil, em Foz do Iguaçu e na UNILA) parece mascarar as especificidades destas línguas e das questões de ensino ali implicadas. Para análise da noção de língua adicional (*additional language*), sugerimos as seguintes leituras em português: Schlatter e Garcez (2012); Jordão (2014).



concorrência e editais específicos para refugiados, exilados, indígenas<sup>5</sup> entre outros. Vale destacar que, no último edital para essa categoria de chamada, houve representantes das seguintes nacionalidades com entrada no primeiro semestre de 2019: Guiné Bissau, Rússia, Argentina, Paraguai, Colômbia, Barbados, Cuba etc.

A Unila foi fundada em 12 de janeiro de 2010 através da Lei de Criação Lei 12.189/2010, tendo atualmente vinte e nove cursos de graduação, seis curso de especialização *lato sensu*, doze cursos de mestrado e dois programas de doutorados, sendo um programa de doutorado próprio e outro programa interinstitucional com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tendo em vista a complexidade do próprio objeto e as características de sujeitos falantes de várias línguas na UNILA, vale ressaltar que este trabalho carece de uma reflexão interdisciplinar no interior dos estudos linguísticos: estudos culturais, geopolítica das migrações, direitos humanos, história social das migrações, sociolinguística, antropologia linguística e estudos do discurso. Vamos então nos fixar neste último terreno, historicamente interdisciplinar, por natureza constitutiva do próprio campo que se define como “estudos do discurso”, onde se pensam as línguas e outras materialidades semiológicas, a historicidade do sentido e o seu caráter ideológico bem como a posição-sujeito na apropriação dos discursos.

Figura 1 - Mapa da região da Tríplice Fronteira



Fonte: google maps (2019)

<sup>5</sup> Cf. UNILA lança editais de seleção de estudantes para refugiados e indígenas. Disponível: <<https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-lanca-editais-de-selecao-de-estudantes-voltadas-para-refugiado-e-indigenas>>. Acesso: 20 jul. 2019.

## A questão do bilinguismo no espaço entre línguas: um problema também de análise de discurso

Para começar este trabalho, nos é importante apresentar uma breve abordagem do que se entende por discurso e sua relação com o ensino, nesse caso em particular com o ensino supostamente bilíngue proposto pela Unila. Com base em Gregolin (1995, p.20):

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente. A Análise do Discurso pode constituir-se em um valioso instrumental de trabalho no ensino de língua portuguesa, já que oferece os meios para a reflexão sobre a estrutura e a geração do sentido do texto. Por meio da Análise do Discurso, o professor pode conduzir os alunos na descoberta das pistas que podem levá-los à interpretação dos sentidos, a descobrirem as marcas estruturais e ideológicas dos textos. A compreensão do discurso pode enriquecer as atividades desenvolvidas na sala de aula na medida em que permite trabalhar com várias modalidades textuais como a jornalística, a política, as histórias em quadrinhos etc. A riqueza desses textos certamente ajudará no trabalho de resgatar o discurso dos alunos, levando-os a construir seus próprios textos com crítica e inventividade. (GREGOLIN, 1995, p.20)

As palavras de Gregolin (1995) conduzem-nos à reflexão sobre o nosso papel enquanto analista de discurso procurando desenvolver um trabalho metalingüístico, quando pensamos o papel das línguas, seu uso sócio-histórico, as relações de poder, quem as empregam, bem como as demais questões nelas implicadas e, ao mesmo tempo, a língua enquanto materialidade do discurso, dirigindo nosso olhar analítico-descritivo aos textos. E quando a questão das línguas envolve o fato de que elas estão em relação de contato no mesmo espaço de promoção de políticas educacionais onde se deva promover o ensino de/em duas línguas, cujo contexto é mais complexo devido a existência do plurilinguismo, o desafio é ainda maior. Na verdade, não estamos aqui desconsiderando outros domínios de estudos que têm a questão das representações das línguas (e das línguas estrangeiras em situação de contato) e das políticas de línguas ou do campo da glotopolítica<sup>6</sup>, por exemplo,

---

<sup>6</sup> *Gltopolítica* é um ramo da sociolinguística francesa fundada pelos franceses Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin com o objetivo de trazer às reflexões sobre os fenômenos linguísticos a questão do político. Diz respeito ao modo como a sociedade e, conseqüentemente, os sujeitos atuam sobre a língua de modo

como têm abordado Arnoux e Valle (2010). Estamos considerando que a análise do discurso tem um importante interesse pela questão das representações sobre as línguas e o modo como historicamente se construiu um conjunto de saberes e ideias sobre este objeto, a língua “multiforme e heteróclita” como diria Saussure (2004, p.17). A título de ilustração, embora não tenha sido nosso objetivo centrar esforços nessa questão, poderíamos nos interessar pelo seguinte problema: quais efeitos surgem a partir das relações subjetivas assimétricas estabelecidas na língua quando uma delas é vista e entendida como “privilegiada” e a outra sem “sem prestígio” num mesmo espaço de enunciação? Que título de violência emerge ou é identificado quando há uma tentativa de silenciamento de uma língua motivada por valores simbólicos e econômicos e representações de outra natureza?

Ainda conforme Arnoux e Valle (2010) - que nos convidam a refletir sobre o tema das representações sociolinguísticas no domínio do que defendem como *glotopolítica* -, os estudos das línguas e suas variações podem ser feitos desde um ponto de vista micro (como o fonético-fonológico) ao nível macro “*donde hablar significa, más allá de usar una variante frente a otra, privilegiar o no el uso de una lengua sobre otra en un determinado contexto*” (p.2). Para tanto, o analista decide que ponto de vista deve adotar a partir do critério metodológico que seu escopo teórico lhe serve de referência. No artigo intitulado “*Las representaciones ideológicas del lenguaje. Discurso glotopolítico y panhispanismo*”, os autores vão optar pelo nível macro de análise, trabalhando a exterioridade da língua que a afeta diretamente e, do mesmo modo, afeta seus falantes. Está-se trabalhando então a questão do político e do ideológico sobre o modo como os sujeitos refletem sobre a própria língua, decidem nela a maneira como se constituem sócio-historicamente ou se subjetivam. Eles então nos fazem o seguinte convite:

*Partamos del hecho de que toda colectividad humana se caracteriza por la existencia de ciertas condiciones sociales y relaciones de poder. Son estos factores contextuales los que estructuran el mercado lingüístico, es decir, el régimen de normatividad o*

---

consciente ou não, legislando sobre, reprimindo-as, criando políticas de manutenção ou silenciamento, enfim, produzindo normas, regras e discursos sobre as línguas, seu funcionamento e como se distribuem nos espaços coabitados pelos falantes. O modo como o Estado, a Universidade, a ciência, uma congregação de pesquisadores e linguistas, uma instituição como a Academia de Letras, reuniões, fóruns e simpósios científicos etc. produzem discursos sobre as línguas se torna potencialmente um problema glotopolítico. (Cf. MERCELLES, GUESPIN, 1986; ARNOUX, 2000; VALLE, 2005; ARNOUX, VALLE, 2010)



*sistema que asigna valores diferentes a los usos del lenguaje. El lugar que un individuo ocupe en la sociedad, los espacios a los que tenga acceso y la capacidad que posea para negociar su rol en ese entorno determinarán su predisposición a actuar de una cierta manera o a valorar de uno u otro modo las acciones de otros –el individuo desarrolla, en terminología de Pierre Bourdieu, un habitus–. Estará por tanto en disposición de usar una o varias lenguas, una u otra lengua, una u otra variedad de una lengua, dependiendo de su ubicación y capacidad de maniobra en el complejo entramado social. Y de esta misma posición –y por tanto de su grado de sometimiento o autonomía con respecto al régimen de normatividad imperante– dependerá su disposición a valorar de un modo u otro el espectro de prácticas lingüísticas que se encuentre. (ARNOUX, DEL VALLE, 2010, p.2)*

A reflexão que os autores nos oferecem acima nos parece fundamental para pensar discursivamente a maneira como a Universidade, através de um projeto de oficialização de duas línguas como política linguística, trabalha com a questão do bilinguismo. Por um lado, notamos o desafio de constituir uma política bilíngue quando é preciso um conjunto de práticas, ações e discursos que coloquem duas línguas, não apenas nos programas de curso, no projeto pedagógicos (PPC) e nas grades curriculares desses cursos, mas também no seio da vida dos sujeitos e no funcionamento da própria Universidade. Por outro, o desafio ainda maior é reduzir o desequilíbrio dessa política quando o espaço de enunciação é constituído em um lugar em que há uma memória linguística lusófona reativada como dispositivo definidor de diferenças linguísticas. Por exemplo: *“aqui em Foz do Iguaçu falamos português porque no Brasil se fala português”* (depoimento de um estudante brasileiro X na UNILA). Talvez um terceiro desafio advenha do fato de que o espaço de enunciação macro que define a cidade de Foz do Iguaçu e, ao mesmo tempo a Unila, seja a questão da diversidade linguística em jogo, em diálogo, em desentendimento. Tanto em Foz do Iguaçu, ao longo de sua história e na geografia de fronteira, quanto na Unila hoje, o plurilinguismo constitui a identidade híbrida dos sujeitos nesses espaços de forma, por vezes, inconsciente. É nesse contexto que emerge a diferença na esfera das relações de poder e saber operando memórias e representações linguísticas. Mas há aí um esquecimento (POLLAK, 1989) quando se afirma que em Foz do Iguaçu, por ser cidade brasileira, se *fala português*. Há nessa afirmação o esquecimento de que se falam muitas outras línguas, de que o espanhol é uma língua de relações socioeconômica e sociointeracional, que há outras línguas em uso na cidade, que o guarani também está presente entre estas línguas dada a memória dos povos indígenas de etnia guarani que aí viviam, vivem ou foram violentados, expulsos etc.

Além disso, ao se afirmar que “em Foz do Iguaçu se fala português”, apaga-se ou silencia-se a presença/existência de outras línguas no discurso do enunciador.

Então nos parece fundamental pensar essas questões enquanto um fenômeno ligado aos direitos linguísticos por um lado, mas também ao ensino de duas línguas (o caso do português e do espanhol) como uma questão política e, por isso, uma questão de discurso. Assim, o tema dos direitos linguísticos (ABREU, 2016; RODRIGUES, 2018) tem sido cada vez mais urgente a ser debatido em nosso campo de estudo, e arriscamos a dizer que ainda são poucos os linguistas do discurso que o tenham trazido para refletir sua importância no contexto atual, sobretudo ao pensar a educação linguística em um contexto político-geográfico intercultural e plurilíngue. Esse tipo de debate valoriza a diversidade das línguas e a diversidade nas línguas, na esfera jurídica e epistemológica, pensando essa diversidade no marco dos direitos fundamentais e como possibilidade de intercompreensão, questão já avançada no campo de didáticas de línguas (DEGACHE, 2006; ERAZO, 2016).

O esvaziamento de debate não se deve à falta de interesse apenas ou simplesmente como uma atitude que negligencie a sua importância, mas de compreensão e sensibilidade diante de uma questão tão importante quanto a outros direitos fundamentais (individual ou coletivo) como o direito de ir e vir, migrar, ter acesso à moradia, à saúde e à educação, porque o acesso a estes direitos fundamentais depende diretamente ao acesso à linguagem. Os direitos linguísticos compõem o quadro de direitos humanos fundamentais reconhecidos individual e coletivamente, como assegura Hamel (1995) e Abreu (2016). Nesse mesmo sentido, a pesquisadora Inês Soares, em seu artigo *Direito à diversidade linguística no Brasil*, afirma: “A linguagem, forma de expressão estreitamente ligada à liberdade e à essência da vida humana e o ingrediente básico para o exercício do direito linguístico, é um direito humano cultural viabilizador de outros direitos e vetor do patrimônio cultural imaterial.” (SOARES, 2014, p.66).

Normalmente os sujeitos, cujas línguas têm lugar de representação nos espaços político-geográficos e nas práticas cotidianas de funcionamento, acabam pouco percebendo o silenciamento, os “não-ditos”, o litígio e as “microviolências” que se evidenciam nas relações de poder que estão diretamente implicadas nos processos em que

se encontram mais de uma língua, tendo uma delas condições de expressividade maior que outra(s) com a qual ou as quais coabitam.

Nesse sentido, refletimos sobre contexto de ensino de línguas na UNILA, particularmente, de língua portuguesa para falantes de outras línguas (PFOL), e de espanhol para brasileiros (ELE) no *espaço de enunciação* (GUIMARÃES, 2002, 2006), onde as línguas são afetadas nos seus diferentes modos de funcionamento, devido a condições sociais, históricas e culturais determinadas.

Sobre o conceito de *espaço de enunciação*, dentro dessa abordagem discursiva e de uma semântica do acontecimento, Eduardo Guimarães afirma que:

as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes. Ou seja, línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. Não há língua portuguesa, sem falantes desta língua, e não é possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam tal língua e de tal modo. É por isso que as línguas são elementos fortes no processo de **identificação social dos grupos humanos**. O **espaço de enunciação** é que atribui as línguas para seus falantes. **E cada espaço de enunciação tem uma regulação específica**, ou seja, **distribui as línguas em relação de um modo particular**. (GUIMARÃES, 2006, p.48, *grifos nossos*)

As definições de uma dada língua no espaço de enunciação, para esse autor, vão variar entre *língua materna, língua estrangeira, língua franca, língua nacional, língua global, língua adicional, língua oficial*<sup>7</sup> (JORDÃO, 2014), e isso permite que se defina espaço de enunciação como uma forma de distribuição das línguas para seus falantes, o que ocorre sempre de modo desigual. Isso vai determinar o modo de funcionamento de todas as línguas relacionadas nesse espaço. Para ele: “O espaço de enunciação é assim político.”

---

<sup>7</sup> “Para falar desta distribuição das línguas para seus falantes, vou considerar aqui algumas categorias normalmente usadas de modo, às vezes, tácito e não definido. Vou apresentar cada uma das categorias e dar delas uma definição provisória, cuja compreensão pode ser depois desenvolvida em outra ocasião. Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. Língua Franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum. Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. Pode-se ver que as duas primeiras categorias tratam das relações cotidianas entre falantes e as duas seguintes de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais.” (p.48)

(p.48). E por ser político inevitavelmente há situações de litígios, de conflitos e de resistência. Diante dessa definição, como funcionam estas relações litigiosas na língua quando sujeitos passam a pensar e a expressar-se em espaços multiculturais, universitários e plurilíngues?

### **Mas o que se entende por bilinguismo? Uma fronteira indefinida no pluralismo conceitual...**

Para refletir a partir de questões como essa, primeiramente passamos ao estudo do referencial teórico que trata da noção de bilinguismo e do ensino bilíngue, consciente de que esse é um terreno vasto e de que carecia de aprofundamentos. O conceito de bilinguismo tem sido um dos mais complexos porque depende da perspectiva dos autores, das abordagens, dos contextos em que os falantes interagem e, inclusive, da política de estado e da política educação e linguística aí implicadas. O mesmo ocorre, como vínhamos brevemente discutindo, com a concepção de língua no espaço da fronteira e, especificamente, no espaço acadêmico da Unila.

Para o dicionário *Michaelis*, bilíngue é a “qualidade ou condição de bilíngue, de falar duas línguas; o uso frequente de duas línguas (p. ex., por uma comunidade); o reconhecimento político ou institucional de duas línguas”. Já para o *Dicionário Aurélio*, o termo é definido como “utilização regular de duas línguas por indivíduo, ou comunidade, como resultado de contato linguístico”. Por outro lado, o dicionário inglês *Oxford* apresenta o termo *bilíngue* da seguinte maneira: “ser capaz de falar duas línguas igualmente bem porque as utiliza desde muito jovem”. No dicionário da língua espanhola *Señas*, a termo é definida como “uso habitual de dos lenguas en una misma región o por una misma persona.” É interessante como o *Señas* traz nessa acepção tanto o sujeito falante de mais de uma língua quanto o espaço onde se as falam (*misma región*). Todavia, é sabido que não há consenso nessas definições, e tal acepção vai variar muito entre aqueles que compreendem que um falante bilíngue tem total controle nas competências produtivas, receptivas e interativas de duas ou mais línguas e aqueles que não colocam essa relação de simetria nas habilidades e competências para o domínio dessas línguas. Pensando assim, o *Oxford* vai ser mais restrito no conceito porque parte do princípio de que domínio ou uso das línguas deve ocorrer desde muito jovem. Um adulto tendo aprendido e

dominado mais de uma língua depois de adulto não poderia ser reconhecido como bilíngue? Eis uma “areia movediça”.

McNamara (1967) vai trazer um longo e aprofundado estudo sobre a diversidade de concepções do termo e de suas representações. Para o autor:

Na visão popular, ser bilíngue é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas perfeitamente; esta é também a definição empregada por Bloomfield que define bilinguismo como “o controle nativo de duas línguas” (BLOOMFIELD, 1935, apud HARMERS e BLANC, 2000). Opondo-se a esta visão que inclui apenas bilíngues perfeitos, Macnamara [sic] propõe que “um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa” (MCNAMARA, 1967 apud HARMERS; BLANC, 2000).

Diante desse breve panorama, é preciso assumir que há muita controvérsia para a definição de bilinguismo e, igualmente, para a noção de sujeito bilíngue, dado o fato de que estas concepções também podem variar conforme uma série de questões. A saber: a concepção de língua e os processos de aquisição que se aporta, bem como as questões extralinguísticas atreladas a outras concepções como cultura, identidade, contato linguístico, intercâmbios culturais e linguísticos e uma série de elementos que, conforme leitura de Bourdieu (2007), constitui todo um campo da economia das trocas simbólicas.

Mais recentemente, a linguista Laura Fortes desenvolveu um rigoroso estudo discursivo dos sentidos de bilinguismo e de ensino bilíngue, avaliando os currículos de escola bilíngues português-inglês, cujo arquivo foi constituído por documentos científicos, institucional e político-educacional. Com o título “*Entre o silêncio e o dizível: um estudo discursivo de sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês*”, defendida em 2016, a autora vai defender que “os sentidos dessa ausência funcionam diferentemente, num processo discursivo que hipotetizamos como uma tensão entre o silêncio e o dizível produzida pela (des)regulação do discurso político-educacional.” (FORTES, 2016, p.356)

Há, pois, quem compreenda bilinguismo no interior de um mesmo espaço de enunciação onde haja variedade linguística e dialetal no interior de uma mesma língua, a exemplo do sujeito que domina variedade urbana e rural, português europeu e português brasileiro tendo sido filho de pai português e mãe brasileira. Essa tem sido uma questão defendida por alguns autores da área de sociolinguística variacionista. Os



critérios para a concepção do bilinguismo e do sujeito bilíngue são variáveis, dado o fato de que na língua nada é tão estável que não resulte numa mudança no interior do sistema ou no eixo do paradigma que a move ao longo do tempo e na comunidade de seus falantes. No caso do espaço da fronteira, tais mudanças seguem o trânsito, o intercâmbio e a transfronteira que marcam uma diferença, as identidades, mas também a alteridade em trânsito. Quando se trata de línguas próximas ou que têm em comum uma história secular como o espanhol e o português derivadas do latim e outras línguas que chegaram no mundo ibérico, ou o modo como são instituídas durante a colonização das Américas, a fronteira e a diferença que demarcam tais línguas parecem dividir uma disputa de significados. Por outro lado, o guarani, o árabe e as línguas de povos asiáticos coexistem na incompreensão ainda que o contato entre seus falantes se dê por outras vias, como o comércio, os serviços de hotéis e restaurantes, o turismo e outras questões de ordem econômica. A cidade de Foz do Iguaçu e a UNILA, por exemplo, acabam sendo uma espécie de espaço simbólico onde as palavras nas diversas línguas coexistem, evidenciam-se ou silenciam-se na barreira da incompreensão e, às vezes, da intercompreensão diária.

É nesse contexto que a noção de bilinguismo parece adquirir novos sentidos, onde os falantes se veem no desafio de entender, (inter)compreender-se, interagir pelos gestos ou calar-se na mudez da língua do outro que se impõe. É, portanto, no espaço transfronteiriço que os códigos culturais, linguísticos e identitários produzem entendimento e conflitos num diálogo constantemente litigioso.

### **A construção do arquivo da pesquisa e definição do corpus para análise**

Tendo em vista essa complexidade, a pesquisa procurava num primeiro momento partir de dentro da própria Universidade, posto que ela própria se institucionalizava como um espaço acadêmico criado para estar/ser sensível diante das questões da diversidade linguística, de multilinguismo e da valorização das duas línguas que integram os três países. Mas, nesse processo de valorização dialógica e de escuta, o guarani (língua majoritariamente falada no Paraguai) não entra nessa política enquanto prevalece a memória da política colonial marcada pelo espanhol e pelo português que, historicamente, silenciaram as línguas originárias e outras que mais tardem coexistiam não com o

mesmo prestígio das duas primeiras trazidas, transplantadas e impostas pelo colonizador. Essa compreensão seria fundamental para refletir sobre a política institucional de ensino bilíngue na medida em que passaríamos a construir o arquivo da pesquisa e, nessa direção, produzir um *corpus* onde tal concepção e seus sinônimos aparecessem.

O *corpus* foi constituído por documentos oficiais da UNILA como Projeto Pedagógico (PPC) de cursos de graduação, regimentos, instrução normativa, resoluções, lei de criação da UNILA, documento de criação da universidade etc. Desse conjunto, selecionamos aqueles em que os termos “bilíngue” e “bilinguismo” se apresentavam. Tínhamos como intento entender como a própria Universidade definia esse termo e quais eram suas concepções, considerando que, desde sua criação, a UNILA foi institucionalizada enquanto espaço político-pedagógico de promoção de educação integracionista e intercultural por meio de duas línguas oficiais (espanhol e português).

Em seguida, selecionamos alguns cartazes nos murais da Universidade e *posts* nas redes sociais (*Instagram, Facebook*) no intuito de identificar representações de bilinguismo e/ou de discursos de resistência em torno da falta de políticas e ações efetivas para a promoção do bilinguismo e da valorização das várias línguas faladas pelos estudantes como é o caso do francês, do crioulo haitiano, do guarani ou, vez ou outra, do próprio árabe, cuja comunidade de falante reside nas cidades de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste.

### **Descrição e análise dos enunciados**

Do conjunto de documentos oficiais selecionados para o *corpus*, havia uma única ocorrência do termo *bilíngue* e/ou *bilinguismo* (Cf. Quadro 01, Apêndice 01). Contudo, o maior número de ocorrência se deu nos PPC, dado o fato de que se tratava de um documento de maior extensão e lugar privilegiado para estabelecer um projeto voltado à questão do ensino das línguas espanhola e portuguesa, seja no Ciclo Comum de Estudos (PPC-CCE), seja no curso de Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras, onde a própria formação de licenciados nesse curso requer maior reflexão sobre o tema. Por outro lado, os PPCs não trazem uma definição clara desses termos, mas apenas os usa de forma genérica, partindo do pressuposto de que tal aceção já é de conhecimento geral da

comunidade acadêmica ou, simplesmente, tal comunidade apresenta um senso comum a respeito.

Ao contrastar dois documentos importantes como “*Unila em construção*” (2009) e o “*Projeto Pedagógico do Ciclo Comum de Estudos*” (2014), notamos os termos *bilíngue* e *bilinguismo* em diferentes acepções. Vale destacar o fato de que o documento de 2009 foi concebido e publicado no ano anterior à lei 12.189/2010, da criação da UNILA.

**ENUNCIADO 01:** “Destacou a diversidade cultural, sendo que 45% da população está entre os graus mais baixos de letramento. Outros assuntos levantados: políticas externas; **questão do bilinguismo**; intercâmbio de bens culturais; obrigatoriedade do ensino de espanhol no Brasil; relações com a Venezuela e Argentina; acordo ortográfico – unificação da ortografia nos países de língua portuguesa; projeto Escolas de Fronteira; Zonas de fronteira com ensino **público bilíngue**; base curricular; panorama sobre o curso de linguística e literatura. (p.45)

**ENUNCIADO 02:** “Sobre o **bilinguismo**, a UNILA, em seus diferentes processos pedagógicos e de gestão, respeita, defende e preserva todas as formas de diversidade, incluindo a expressão cultural e linguística. Propicia aprendizagens de várias línguas e estudos que identificam processos sociais e linguísticos da região.” (p.5)

**ENUNCIADO 03:** “Na maioria dos casos, falam-se duas línguas ou mais, situação denominada **bilinguismo, multilinguismo** ou **plurilinguismo**.” (p.7)

**ENUNCIADO 04:** “Entende-se que o ensino de Português e Espanhol como línguas adicionais deve buscar desenvolver a compreensão e produção de textos e discursos na língua-alvo, sensibilizar os estudantes para o **multilinguismo** regional, problematizando os discursos **monoculturais** e etnocêntricos, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural latino-americana e promovendo atividades de interação sistemática com diversos modos de viver e de se expressar.” (p.14)

O enunciado 01 traz as expressões “questão de bilinguismo” e “público bilíngue” sem apresentar nenhuma acepção nem características desses termos, tanto para que se saiba que categoria de sujeito pode ser reconhecida como bilíngue. A segunda expressão apresenta-se como termo genérico. No entanto, no enunciado 02, procura-se caracterizar o que se compreende por bilinguismo quando se refere à Unila como sendo uma instituição acadêmica que “*respeita, defende e preserva todas as formas de diversidade*”, posto que ela *propicia aprendizagens de várias línguas*. A noção de bilinguismo se traduz pela existência de várias línguas, mas também sua coexistência na diversidade cultural e linguística. Isso é corroborado com o enunciado 03 quando se nota a ampliação para a noção de domínio linguístico para mais de uma língua, percebendo esse domínio no contexto da diversidade linguística, apresentando quase por analogia três conceitos distintos

para a questão do contato e do funcionamento de línguas num mesmo espaço de enunciação. Falar duas ou mais línguas pode de fato ser entendido como “situação denominada de bilinguismo, multilinguismo e plurilinguismo”? Quais são os limites e os perigos dessa associação direta? Eis uma questão que nossa pesquisa poderá ter em vista a partir de então.

Em resistência ao modo como a questão do bilinguismo e do plurilinguismo tem sido posta no espaço de enunciação acadêmica da UNILA, e motivados pela própria ausência de política mais efetiva para a promoção de suas línguas, os estudantes promoveram uma “tarefa-campanha” na Universidade e nas redes sociais marcando a ausência de espaço político-institucional do guarani, do crioulo haitiano e do francês, como se observa nas Figuras 2, 3 e 4 (conferir na página seguinte). Através do *hashtag* **#IntegracionLinguisticaInstitucional**, eles chamam a atenção dos leitores que circulam nos espaços da Unila e/ou têm acesso ao perfil não oficial UNILA, no Facebook, para o fato de que “Ser bilíngue português e espanhol não basta ser”. Nesta rede social, eles justificam: “Se é uma Universidade da INTEGRAÇÃO LATINO-americana ela precisa também falar francês, crioulo e inglês”.

Três elementos devem ser destacados na constituição dessas materialidades discursivas: a) o apagamento de uma versão do cartaz em língua portuguesa, mas a sua existência em dois vazios: o da imagem do cartaz no segundo quadrante (sentido horário) na organização dos quatro cartazes e o da falta da língua para o leitor majoritariamente lusófono; b) a postagem na parte superior da postagem associado ao *hashtag* como sendo uma promoção da “*conscientización lingüística*”, mas escrita em língua portuguesa; c) na postagem dos cartazes na rede social, o gênero discursivo revela-se como fruto de uma atividade ou tarefa didático-pedagógica na Universidade, tendo em vista que faz menção à coleção *Confluencia* (2016), livro didático de língua espanhola para Ensino Médio, de autoria dos professores da Universidade Federal Fluminense Paulo Pinheiro-Correa e Xoán Carlos Lagares, entre outros.

Por fim, a língua que está em jogo como posição em que se constitui o lugar de resistência é o português e, conseqüentemente, entram em jogo seus falantes “nativos” a quem o enunciado em português aparece: “Você não está entendendo? Imagine se todos os editais fossem escritos nessa língua.” **#IntegraciónLinguisticaInstitucional.**” A

expressão dêitica “Nessa língua” faz referência direta às línguas estrangeiras (*espanhol, guarani, crioulo e francês*) enquanto o pronome “VOCÊ” é a pessoa/leitor(a) lusófono(a) a quem se dirige o enunciador coletivo na posição de estrangeiro (NOUS, NOU, NOSOSTROS/NUESTRO, ÑANDE) (cf. Quadro 01).

QUADRO 01 Transcrição dos cartazes	
LÍNGUA	REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA
FRANCÊS	« NOUS VOULONS QUE NOTRE LANGUE FASSE PARTIE AUSSI D’UNILA INSTITUTIONNEL »[sic]. “Você não está entendendo? Imagine se todos os editais fossem escritos nessa língua. [sic]” #IntegraciónLinguísticaInstitucional.
CRIOULO HAITIANO	“NOU VLE LANG NOU AN TOU FÉ PATI UNILA ENSTITISYONEL”. “Você não está entendendo? Imagine se todos os editais fossem escritos nessa língua.” #IntegraciónLinguísticaInstitucional.
ESPAÑHOL	“QUEREMOS QUE NUESTRA LENGUA FORME PARTE DE LA UNILA INSTITUCIONAL.” “Você não está entendendo? Imagine se todos os editais fossem escritos nessa língua. [sic]” #IntegraciónLinguísticaInstitucional.
Fonte: Ribeiro; Nunes (2019)	

Figura 2 - postagem em Facebook



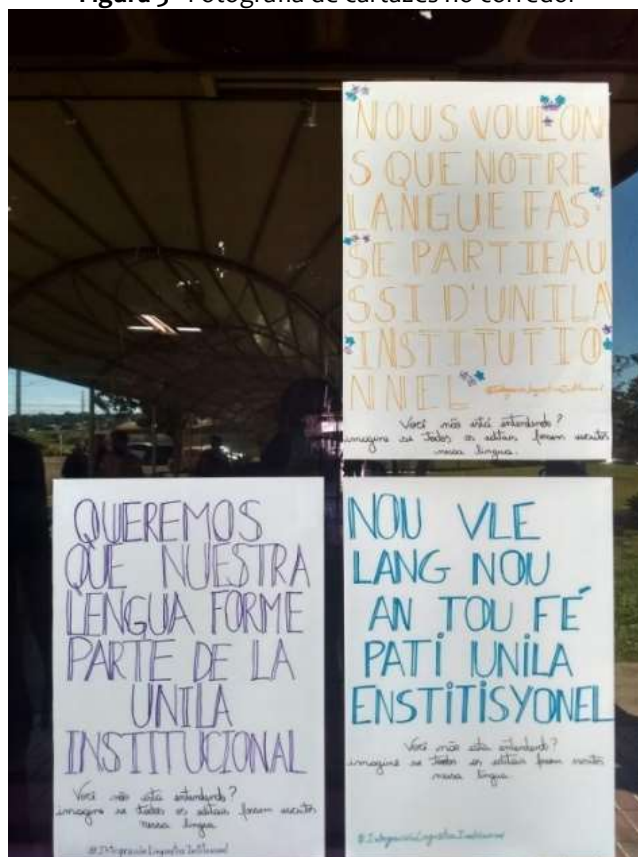
Figura 2 - print de cartazes em postagem



Fonte: arquivo pessoal



Figura 3 - Fotografia de cartazes no corredor



Fonte: arquivo pessoal

## Considerações finais

Vimos com esse trabalho que o que descrevemos até aqui trouxe mais inquietações do que alguma resposta propriamente dita. O principal objetivo, para além daqueles que se apresentam em nosso plano de trabalho, é promover uma reflexão sobre o modo como a comunidade acadêmica da UNILA, ou a instituição universitária como um todo, concebe o bilinguismo e se percebe no cotidiano da Universidade.

Percebemos que, em contraposição ao discurso oficial da UNILA onde se promove o ensino de espanhol e de português, se reconhece a diversidade cultural e linguística, se percebe no espaço de enunciação plurilinguístico ou multilinguístico, há pesos e medidas díspares quando a própria política de promoção dessa educação bilíngue está em nível assimétrico. Além disso, sabe-se que a Unila é uma universidade brasileira, regida

pelas leis de educação nacional e vinculada diretamente às políticas e diretrizes do Ministério da Educação, cujos documentos que compõem seu ritual são expedidos unicamente em português. A saber: a emissão de diploma e de histórico escolar se faz em português; as leis, os regimentos, as normativas e as resoluções são publicados nessa língua; os termos de posse, os editais de concurso etc. estão sujeitos a uma normal legal brasileira que não reconhece nenhuma outra língua a não ser o português para questões de atos e ofícios.

Nesse sentido, atualmente o funcionamento das instituições universitárias públicas brasileiras ocorre unicamente em português, tendo em vista que o Estado se institui como monolíngue. Não se reconhece legalmente a diversidade linguística brasileira, a existência e o funcionamento de outras línguas com o mesmo *status* do português, pelo menos constitucionalmente, pelo menos através do estado de direito e seus sistemas jurídicos, ainda que este seja um histórico esforço de pesquisadores, linguistas e defensores de direitos políticos linguísticos. Isso se traduz então de forma complexa quando há uma Universidade que promove o ensino bilíngue ou plurilíngue, mas essa relação não ocorre de forma simétrica: o corpo Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) fala e escreve em grande parte nos rituais administrativos em português, os editais internos da Unila, com algumas exceções, são publicados em português sem versão em espanhol, salvo nos editais de convocatórias para seleção anual de ingresso como *Processos seletivos internacional (PSI) de indígenas e refugiados* e *Processo seletivo de estudantes estrangeiros (PSEE)*; o SIGAA – Sistema de gestão das atividades acadêmicas é monolíngue (português) e do mesmo modo o sistema de comunicação interna via *e-mail corporativo zimbra*; o portal da Unila ([www.unila.edu.br](http://www.unila.edu.br) [setembro de 2019]) apresenta-se em português, com algumas invisíveis páginas nas duas línguas.

Diante disso, o que se concluiu até aqui é que há uma relação desproporcional e assimétrica na promoção do suposto bilinguismo, ainda que o ensino das duas línguas seja efetivo nos três primeiros semestres dos 29 cursos de graduação da UNILA através do CCE; ainda que haja um considerável número de professores hispanofalantes que lecionam suas aulas no espanhol e/ou no português; ainda que a Universidade se institucionalize (como foi projetada desde o início) no espaço fronteiriço vizinho a dois países hispanofalantes e ainda que a maioria dos estudantes estrangeiros seja oriunda de países

hispanofalantes com exceção dos estudantes de origem haitiana ou de países como Barbados (ilha caribenha), Rússia ou de países do mundo árabe, selecionados pelo edital PSI 2018.

Em síntese, este levantamento nos permite compreender de modo pontual uma questão de ordem discursiva que depende de aprofundamentos tanto no nível teórico – sobretudo no que diz respeito ao modo como diferentes autores concebem bilinguismo na contemporaneidade – quanto no aspecto metodológico na medida em que necessitamos construir instrumentos e procedimentos metodológicos para coleta de dados empíricos ou de outra natureza. Para compreender melhor as representações de bilinguismo que carregam os diferentes integrantes da comunidade acadêmica (docentes, discentes e Técnicos em Assuntos Educacionais), é preciso construir, por exemplo, instrumentos como entrevistas estruturadas e/ou semiestruturadas, formulários, questionários com o objetivo de produzir um conjunto de dados e, tendo-os à nossa disposição, promover uma leitura discursiva a partir de enunciados selecionados mediante uma série de regularidades. Pretendemos então, com esse trabalho, numa segunda etapa de pesquisa, construir esses dispositivos de análise com o intento de observar, no interior de diferentes posições enunciativas, que discursos se apresentam como relação de forças nas representações que a comunidade carrega da própria política linguística e educacional da UNILA - aí compreendidas inclusive suas contradições.

## Referências

ABREU, R. N. **Os direitos linguísticos:** possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE, 2016.

ARNOUX, E. N. de. La Glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. Rev. **Lenguajes:** teorías y prácticas, Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Secretaría de Educación, p. 95-109, 2000.

ARNOUX, E. N. de; VALLE, J. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. **Spanish in Context.** Ámsterdam/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, n. VII, v. 1, p. 1-24, 2010.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Col. Estudos).

DEGACHE, C. Didactique du plurilinguisme. **Travaux sur l'intercompréhension et l'utilisation des technologies pour l'apprentissage des langues**. 2006. Dossier présenté pour l'Habilitation à Diriger des Recherches. Grenoble, Université StendhalGrenoble III, LIDILEM. Disponível em [http://www.galanet.eu/publication/fichiers/hdr2006\\_DegacheC.pdf](http://www.galanet.eu/publication/fichiers/hdr2006_DegacheC.pdf) (acedido em 16.09.2008).

DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramentos Ltda, 2019. Disponível em: [www.Michaelis.uol.com.br](http://www.Michaelis.uol.com.br) Acesso em: 13 de maio, 2019.

FORTES, L. **Entre o silêncio e o dizível**: um estudo discursivo de sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês. 2016. 444 f. Tese (Doutorado em estudos linguísticos e literários em inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2016.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. In: **Alfa**, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

GUIMARÃES, E. Políticas de línguas na América Latina. In: **Relatos**. Junho, número Projeto História das idéias lingüísticas. Ética e política das línguas. DL – IEL - Unicamp/ DL - FFLCH – USP, 2001.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras – Espaços de Circulação da Linguagem**, n. 27, jul./dez., p. 47-53, 2006.

HAMEL, R. E. Derechos lingüísticos como derechos humanos: debates y perspectivas. **Alteridades**, 5 (10), p.11-23, 1995. Disponível em: <http://www.hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones/1995d%20Derechos%20linguisticos%20como%20derechos%20humanos%20-%20Debates%20y%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 19 abr.2013.

HARMERS, J; BLANC, M. **Bilinguality and Bilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

JORDÃO, C. M. ILA – ILF – ILE – ILG: Quem dá conta? **RBLA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 13-40, 2014.

MEGALE, A. H. Bilingüismo e educação bilíngüe – discutindo conceitos”. **ReVEL - Revista Virtual de Estudos da Linguagem**. V. 3, n. 5, agosto de 2005. Disponível

em: < [http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_5\\_bilinguismo\\_e\\_educacao\\_bilingue.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf)>.  
Acesso: 25 maio 2019.

MARCELLESI, J.-B.; GUESPIN, L. *Pour la Glottopolitique*. Rev. **Langage**: monográfico La Glottopolitique, n. 83, Paris: Larousse, p.5-34, 1986.

MENDES, E. formar professores de português LE/L2 na universidade: desafios e projeções. In: KANEOYA, Marta Lúcia Cabrera Kfourri (Org.). **Português Língua Estrangeira em contextos universitários**: experiências de ensino e de formação docente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018, p.65-94.

MUÑOZ, A. M. E. **L'intercompréhension dans le contexte plurilingue de l'Université Fédérale de l'intégration Latino-Américaine (UNILA): expériences, contact et interaction plurilingue**. Diretor: Dégache, Christian ; Fogaça, Francisco Carlos. 2016 271 p. Thèse de Doctorat. Université de Grenoble 3. LIDILEM - Linguistique et Didactique des Langues Étrangères et Maternelles. 2016.

MUSSALIM, F. Análise do discurso In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras “. v. 2. São Paulo: Cortez, 13-52, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 2001.

PINHEIRO-CÔRREA, Paulo. LAGARES, Xóan. **Confluencia**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RODRIGUES, F. C. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n.48, jul./dez, p.33-56, 2018. Disponível em: < <http://www.revistalinguas.com/edicao42/artigo2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

SCHLATTER, Margarete; GARCEZ, Pedro. **Línguas adicionais na escola**: aprendizagens colaborativas em Inglês. Erechim: Edelbra, 2012.

SOARES, I. V. P. Direito à diversidade linguística no Brasil e sua proteção jurídica. **5 Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística**, 17 a 20 de novembro de 2014 Foz do Iguaçu, Paraná. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais5\\_Seminario\\_Iberoamericano\\_de\\_Diversidade\\_Linguistica\\_.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais5_Seminario_Iberoamericano_de_Diversidade_Linguistica_.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2018.



STURZA, E. R. Fronteiras e práticas lingüísticas: um olhar sobre oportunhol. In: **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**. RILI, volume I (3) Madri: editorial Vervuert, p. 151-160, 2004.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. In: **Línguas do Brasil/Artigo**. (s.d.)

UNIVERSIDADE Federal da Integração Latino-Americana. Regimento geral. Foz do Iguaçu-PR, 2013. Disponível em: [www.unila.edu.br](http://www.unila.edu.br). Acesso em; 13 de maio, 2019.

VALLE, J. Del. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español. **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español, Madrid/Fráncfort del Meno: Vervuert/Iberoamericana, p. 14-29, 2005

Artigo recebido em: 23 de outubro de 2020

Aprovado em: 10 de maio de 2020

## **SOBRE XS AUTORXS**

**Jocnilson Ribeiro** é doutor em Linguística e professor adjunto no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), *campus* São Cristóvão. É docente e pesquisador com experiência em Teoria e Análise Linguística e didática de línguas, com ênfase em análise do discurso e história das ideias e das teorias sobre as línguas e as linguagens. Até 2019 foi docente do quadro efetivo da Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) tendo atuado nos cursos de bacharelado e licenciatura em Letras – Artes e Mediação Cultural, Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras e no Ciclo Comum de Estudos. Líder do *imaGine* – Grupo de Estudos do Discurso: imagem, ensino e representações interculturais.

**Contato:** [jonuefs@gmail.com](mailto:jonuefs@gmail.com)

**ORCID:** [0000-0001-8716-5059](https://orcid.org/0000-0001-8716-5059)

**Nathália Nunes** é graduanda em Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); bolsista de Iniciação à Docência (PIBID-CNPq) e voluntária em programa PIBIC/UNILA; membro e pesquisadora do grupo de pesquisa *imaGine*; tem experiência na área de português para falantes

de outras línguas, atuando desde 2018 no Exame CELPE-BRAS – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.

**Contato:** [admnunesnathalia@gmail.com](mailto:admnunesnathalia@gmail.com)

**ORCID:** [0000-0003-3734-2162](https://orcid.org/0000-0003-3734-2162)

## APÊNDICE 01

### Quando 01: de ocorrência de termos “bilíngue” e “bilinguismo”

DOCUMENTO	Nº OCOR.	DEFINIÇÃO
A UNILA em Construção (2009)	1 biling	“Destacou a diversidade cultural, sendo que 45% da população está entre os graus mais baixos de letramento. Outros assuntos levantados: políticas externas; <b>questão do bilinguismo</b> ; intercâmbio de bens culturais; obrigatoriedade do ensino de espanhol no Brasil; relações com a Venezuela e Argentina; acordo ortográfico – unificação da ortografia nos países de língua portuguesa; projeto Escolas de Fronteira; Zonas de fronteira com ensino <b>público bilíngue</b> ; base curricular; panorama sobre o curso de linguística e literatura. (p.45)
Regimento Geral (2013)	1 biling	“Art. 111 O ensino na UNILA, <b>bilíngue</b> e interdisciplinar, em consonância com sua missão institucional.”
Resolução CONSUEN nº 07 (2018)	2 biling	(A) Art. 2º Os cursos de graduação na UNILA serão regidos pelos seguintes princípios [19]: [...]VI – educação <b>bilíngue</b> , em português e espanhol (B) DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (p.8) Parágrafo único: Os PPCs devem ser disponibilizados, mantidos e atualizados pela PROGRAD para toda a comunidade na língua portuguesa e, <b>desejavelmente em espanhol</b> , como forma de atender os princípios do <b>bilinguismo</b> .
Instrução Normativa PRPPG Nº 01/2019	1 biling	(A) Art. 50 A Pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Unila obedece aos seguintes princípios [10]: [...] X. <b>Bilinguismo</b> português-espanhol.
PPC-CCE (2014)	27 biling	(A) “Sobre o <b>bilinguismo</b> , a UNILA, em seus diferentes processos pedagógicos e de gestão, respeita, defende e preserva todas as formas de diversidade, incluindo a expressão cultural e linguística. Propicia aprendizagens de várias línguas e estudos que identificam processos sociais e linguísticos da região.” (p.5) (B) “Na maioria dos casos, falam-se duas línguas ou mais, situação denominada <b>bilinguismo, multilinguismo</b> ou <b>plurilinguismo</b> .” (p.7) (C) “Entende-se que o ensino de Português e Espanhol como línguas adicionais deve buscar desenvolver a compreensão e produção de textos e discursos na língua-alvo, sensibilizar os estudantes para o <b>multilinguismo</b> regional, problematizando os discursos <b>monoculturais</b> e etnocêntricos, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural latino-americana e promovendo atividades de interação sistemática com diversos modos de viver e de se expressar.” (p.14)
PPC-LETRAS (2018)	15 biling	(A) “A UNILA, cuja implantação na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai decorre de uma política de integração sociocultural, constitui-se com o princípio pedagógico de educação <b>bilíngue plena</b> – espanhol e português – , princípio que se aplica ao eixo de <i>Línguas</i> do Ciclo Comum de Estudos , assim como às práticas de ensino, pesquisa e extensão dos diversos cursos e centros interdisciplinares da instituição.” (p.6)
PPC - MEDICINA (2018)	7 biling	“Neste contexto institucional, o desenho pedagógico do curso de Medicina privilegia uma integração que articula o <b>bilinguismo</b> , a diversidade cultural, a interdisciplinaridade, a <b>interculturalidade</b> , a valorização da formação humanística, produzindo modos singulares e inovadores de formar profissionais que respondam criativa, crítica e propositivamente às demandas e exigências do povo latino-americano e caribenho”. (pag.14 /Os objetivos específicos do projeto)